



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS – CONCURSO PÚBLICO

PROVA OBJETIVA: 25 de janeiro de 2015

NÍVEL SUPERIOR

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição, cartão-resposta e formulário da redação. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA, destinado à marcação das respostas das questões objetivas e o FORMULÁRIO DA REDAÇÃO, destinado à transcrição definitiva da redação.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém Prova Objetiva com 40 (quarenta) questões, sendo 06 de Língua Portuguesa, 05 de Atualidades, 05 de Legislação e 24 de Conhecimentos Específicos e a Prova de Redação. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:00h e término às 12:00h (horário local).**
4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D). Apenas uma responde adequadamente à questão, considerando a numeração de 01 a 40.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA e na parte inferior do FORMULÁRIO DE REDAÇÃO que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.
6. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
7. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO-RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição definitiva da redação no FORMULÁRIO DA REDAÇÃO devem ser feitas somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO-RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA e/ou do FORMULÁRIO DA REDAÇÃO por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, assim como, o FORMULÁRIO DA REDAÇÃO é o único documento considerado para a correção da sua redação.
12. O candidato deverá devolver no final da prova, o BOLETIM DE QUESTÕES, CARTÃO-RESPOSTA e o FORMULÁRIO DA REDAÇÃO.
13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Parauapebas o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital Nº 001/2014/PMP-NS do referido concurso.

Boa Prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 6.

Coragem

1 “A pior coisa do mundo é a pessoa não ter coragem na vida”. Pincei essa frase do relato
2 de uma moça chamada Florescelia, nascida no Ceará e que passou (e vem passando) poucas e
3 boas: a morte da mãe quando tinha dois anos, uma madrasta cruel, uma gravidez prematura, a
4 perda do único homem que amou, uma vida sem porto fixo, sem emprego fixo, mas com sonhos
5 diversos, que lhe servem de sustentação.
6 Ela segue em frente porque tem o combustível que necessitamos para trilhar o longo
7 caminho desde o nascimento até a morte. Coragem.
8 Quando eu era pequena, achava que coragem era o sentimento que designava o ímpeto
9 de fazer coisas perigosas, e por perigoso eu entendia, por exemplo, andar de tobogã, aquela
10 rampa alta e ondulada em que a gente descia sentada sobre um saco de algodão ou coisa
11 parecida.
12 Por volta dos nove anos, decidi descer o tobogã, mas na hora H, amarelei. Faltou
13 coragem. Assim como faltou também no dia em que meus pais resolveram ir até a Ilha dos
14 Lobos, em Torres, num barco de pescador. No momento de subir no barco, desisti. Foram meu
15 pai, minha mãe, meu irmão, e eu retornei sozinha, caminhando pela praia, até a casa da vó.
16 Muita coragem me faltou na infância: até para colar durante as provas eu ficava nervosa.
17 Mentir para pai e mãe, nem pensar. Ir de bicicleta até ruas muito distantes de casa, não me
18 atrevia. Travada desse jeito, desconfiava que meu futuro seria bem diferente do das minhas
19 amigas.
20 Até que cresci e segui medrosa para andar de helicóptero, escalar vulcões, descer
21 corredeiras d’água. No entanto, aos poucos fui descobrindo que mais importante do que ter
22 coragem para aventuras de fim de semana, era ter coragem para aventuras mais definitivas,
23 como a de mudar o rumo da minha vida se preciso fosse. Enfrentar helicópteros, vulcões,
24 corredeiras e tobogãs exige apenas que tenhamos um bom relacionamento com a adrenalina.
25 Coragem, mesmo, é preciso para terminar um relacionamento, trocar de profissão,
26 abandonar um país que não atende nossos anseios, dizer não para propostas lucrativas porém
27 vampirescas, optar por um caminho diferente do da boiada, confiar mais na intuição do que em
28 estatísticas, arriscar-se a decepções para conhecer o que existe do outro lado da vida
29 convencional. E, principalmente, coragem para enfrentar a própria solidão e descobrir o quanto
30 ela fortalece o ser humano.
31 Não subi no barco quando criança – e não gosto de barcos até hoje. Vi minha família sair
32 em expedição pelo mar e voltei sozinha pela praia, uma criança ainda, caminhando em meio ao
33 povo, acreditando que era medrosa. Mas o que parecia medo era a coragem me dando as boas-
34 vindas, me acompanhando naquele recuo solitário, quando aprendi que toda escolha requer
35 ousadia.

MEDEIROS, Marta. *A graça das coisas*. Porto Alegre - RS: L&PM, 2014, p. 90-91.

1. Quanto ao gênero e ao tipo textual, o texto de Martha Medeiros pode ser classificado como um(a)
(A) debate sobre a importância da coragem.
(B) tese sobre a relação entre coragem e aventura.
(C) artigo de natureza informativa sobre coragem e ousadia.
(D) crônica em que os fatos relatados servem a uma argumentação.
2. O enunciado que melhor resume o pensamento da autora do texto é:
(A) Quem tem coragem aventura-se.
(B) Para viver, é preciso ter a coragem de tomar decisões.
(C) Ter coragem implica ter ímpeto para enfrentar situações de perigo.
(D) Quem tem coragem tem um bom relacionamento com a adrenalina.

3. Julgue as afirmações abaixo com base nas noções de sintaxe.

- I. Há erro de regência em “tem o combustível que necessitamos” (linha 6).
- II. Os verbos “resolveram” (linha 13) e “foram” (linha 14) estão no plural porque têm sujeito composto.
- III. A colocação do pronome oblíquo em “que lhe servem de sustentação” (linha 5) obedece à norma padrão.
- IV. De acordo com a norma culta, em “Enfrentar helicópteros, vulcões, corredeiras e tobogãs exige...” (linhas 23-24), há desvio de concordância.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.

4. Avalie as assertivas abaixo quanto aos elementos de coesão.

- I. Em “um caminho diferente do da boiada” (linha 27), o pronome presente na contração “do” retoma a palavra “caminho”.
- II. A retomada não ocorre por meio de processo de pronominalização em “como a de mudar o rumo da minha vida se preciso fosse” (linhas 23).
- III. Na linha 5, o pronome “lhe” refere-se a “homem que amou” (linha 4), termo que lhe dá sentido e que esse pronome substitui na oração adjetiva.
- IV. Em “abandonar um país que não atende nossos anseios” (linha 26), o pronome “que” tem a função de recuperar um elemento já introduzido no texto.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.

5. Haveria desrespeito à coerência das ideias desenvolvidas no texto, se

- (A) substituíssemos a conjunção “porque” (linha 6) por “já que”.
- (B) trocássemos a conjunção “No entanto” (linha 21) por “no entretanto”.
- (C) inseríssemos a palavra “coragem” entre “faltou” e “também” (linha 13).
- (D) colocássemos “como, por exemplo,” no lugar dos dois-pontos (linha 3).

6. Em relação aos aspectos semânticos, é **incorreto** o que se afirma em:

- (A) A palavra “combustível” (linha 6) é usada com sentido conotativo.
- (B) O adjetivo “travada” (linha 18) significa “que se exprime com dificuldade”.
- (C) Há homonímia em “naquele *recuo* solitário” (linha 34) e “*recuo* por ter coragem”.
- (D) A expressão “passar poucas e boas” (linhas 2-3) tem o mesmo sentido de “passar privações e dificuldades”.

RASCUNHO

ATUALIDADES

7. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade sobre o período da ditadura militar, entregue no dia 10 de dezembro de 2014 à presidenta Dilma Rousseff, apontou 377 pessoas como responsáveis diretas ou indiretas pela prática de tortura e assassinatos entre 1964 e 1985. No que tange às conclusões do documento, é correto afirmar que

- (A) vários empresários contribuíram com dinheiro para a repressão, financiando a tortura.
- (B) as Forças Armadas reconheceram as violações aos direitos humanos durante a ditadura.
- (C) não houve colaboração de civis com o golpe de 1964 e com os órgãos de repressão política.
- (D) foi esclarecido o paradeiro de mais de 200 desaparecidos políticos durante a ditadura.

8. Recentemente, no Brasil, o economista francês Thomas Piketty defendeu a ideia — apresentada em seu livro "O Capital no Século XXI" — de que o patrimônio acumulado ao longo dos tempos pelos milionários deveria ser mais taxado pelos governos e repartidos com as populações na forma de serviços públicos. Tendo em vista diminuir a excessiva acumulação de capital e realizar soluções democráticas para limitar o poder do capital em nosso país, o autor defende que

- (A) o Brasil poderia ter um sistema de imposto mais progressivo, no qual os mais abastados paguem menos impostos e adquiram mais propriedades, gerando altas taxas de consumo por parte de amplos setores da sociedade.
- (B) as taxas para as maiores rendas, que no Brasil são de pouco mais de 30%, são imensas para os padrões internacionais, pois países capitalistas taxam as principais rendas em 5% ou menos.
- (C) o Brasil precisa de um sistema mais progressivo de impostos, com o aumento de impostos indiretos e diminuição de impostos sobre patrimônio e heranças.
- (D) o programa Bolsa Família contribuiu para a redução da extrema pobreza e o aumento da renda dos mais pobres. Além disso, no caso brasileiro, foi muito importante a política de valorização do salário mínimo.

9. Em um documento preparado após uma semana de discussões sobre temas relacionados à família no sínodo que reuniu 200 bispos em outubro de 2014, o Vaticano declarou que a Igreja deveria aceitar o desafio de encontrar "um espaço fraternal" para os homossexuais. Sob forte influência do Papa Francisco, a declaração defende que

- (A) as comunidades católicas são proibidas de proporcionar a aceitação e a valorização dessa orientação sexual no interior da Igreja.
- (B) os homossexuais têm dons e qualidades a oferecer à comunidade cristã, desejando, muitas vezes, encontrar uma igreja que ofereça um lar acolhedor.
- (C) a aceitação dos homossexuais não exclui a necessária condenação ao comportamento dessas pessoas "intrinsecamente desordenadas".
- (D) essas pessoas se convertam espontaneamente a um processo fraternal de cura e retorno à condição heterossexual no âmbito da sociedade e da Igreja.

10. Em junho de 2014, o Congresso Nacional aprovou o novo Plano Nacional de Educação. De acordo com o texto, a sociedade e as três esferas governamentais deverão se esforçar para, em dez anos, atingir a meta de

- (A) universalizar, até 2034, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 6 (seis) a 8 (oito) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, para crianças de 3 (três) a 5 (cinco) anos.
- (B) fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 2,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 3,0 nos anos finais do ensino fundamental; 4,0 no ensino médio.
- (C) valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
- (D) elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 4 (quatro) anos de estudo no último ano de vigência deste plano.

11. Na campanha eleitoral de 2014, um ex-presidente declarou que a candidata da situação recebia votos dos "grotões" porque a população dessas regiões é de pessoas "menos informadas". A afirmação foi mal recebida pelos movimentos sociais que caracterizaram a afirmação como preconceito contra os nordestinos. Em setembro de 2014, o Grupo de Trabalho das Organizações das Nações Unidas sobre Afrodescendentes publicou um relatório apontando que no Brasil o racismo é "estrutural e institucional". Para a organização, nosso país viveria em uma "falsa democracia racial", que nega a existência do racismo devido à miscigenação entre diferentes povos e raças. Sobre o tema do preconceito no Brasil, é correto afirmar que

- (A) embora exista um senso comum de que somos cordiais, isso não é verdade; as estatísticas de homicídios são altas e muitas vezes resultam de conflitos sociais que separam o país em opostos, seja pela cor, orientação sexual ou renda; considera-se ainda que o que se viu nas eleições foi uma forte xenofobia durante e após as eleições, separando o mapa do Brasil em norte/nordeste e sudeste/sul.
- (B) no Brasil, os negros não sofrem discriminação devido ao preconceito racial, mas em razão da ausência de políticas públicas que lhes tirem da pobreza e da ignorância; trata-se de uma forte diferença de renda e salários praticada pelo Estado e pela sociedade, daí o surgimento das diferenças étnicas.
- (C) a grande mídia desenvolve uma consciência nacional de respeito e solidariedade; os programas televisivos são um exemplo do respeito que se deve ter pelos negros, nordestinos e gays, apresentando-os em papéis que nunca se orientam pela caricatura e pelo deboche.
- (D) todos os dados e indicadores revelam que somos um país democrático e respeitoso; o preconceito contra negros e nordestinos, na verdade, não passa de fatos isolados e as desigualdades são, apenas, de natureza socioeconômica.

RASCUNHO

LEGISLAÇÃO

Tomando por base os termos da Lei Municipal nº 4.231, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Parauapebas e dá outras providências, assinale, nas questões abaixo, a única alternativa correta.

12. Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de _____ dias consecutivos.

- (A) 20.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 60.

13. É de até _____ dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da posse ou da publicação oficial do ato, no caso de reintegração e reversão.

- (A) 5.
- (B) 10.
- (C) 15.
- (D) 30.

14. _____ é a reinvestidura do servidor concursado no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens e reconhecimento dos direitos inerentes ao cargo.

- (A) Readaptação.
- (B) Recondução.
- (C) Reversão.
- (D) Reintegração.

15. Em qualquer trabalho contínuo, não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, conceder-se-á um intervalo de _____ minutos, quando a duração ultrapassar _____ horas.

- (A) 15, 4.
- (B) 10, 5.
- (C) 15, 5.
- (D) 10, 4.

16. À família do servidor em atividade, entre outras situações, é devido o auxílio-reclusão, com valor equivalente a _____ da remuneração, quando afastado por motivos de prisão em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

- (A) metade.
- (B) dois terços.
- (C) três quartos.
- (D) um terço.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), além do número, série, data de emissão e folhas destinadas às anotações pertinentes ao contrato de trabalho e as de interesse da Previdência Social, deverá conter

- (A) fotografia, de frente, modelo 3 X 4.
- (B) nome, filiação, data e lugar de nascimento e assinatura.
- (C) nome, idade e estado civil do cônjuge.
- (D) número do documento de naturalização ou data da chegada ao Brasil, e demais elementos constantes da identidade de estrangeiro, quando for o caso.

18. Quanto ao trabalho noturno, é correto afirmar que,

- (A) salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, implicará remuneração superior à do diurno, com acréscimo de, pelo menos, 5 %.
- (B) independentemente do tipo de serviço, implicará remuneração superior à do diurno, com acréscimo de, pelo menos, 10 %.
- (C) salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, implicará remuneração superior à do diurno, com acréscimo de, pelo menos, 20 %.
- (D) independentemente do tipo de serviço, implicará remuneração superior à do diurno, com acréscimo de, pelo menos, 15 %.

19. Antes de iniciar suas atividades, o proprietário de um novo estabelecimento deverá solicitar aprovação de suas instalações. A inspeção prévia e a declaração de instalação, referida na NR2, para fins de assegurar que não há riscos de acidentes e/ou de doenças do trabalho, deverão ser obtidas conforme descrito no item:

- (A) a inspeção prévia e a declaração de instalação deverão ser obtidas junto ao órgão regional do Ministério do Trabalho.
- (B) a inspeção prévia deverá ser obtida no Corpo de bombeiro e a declaração de instalação, junto ao órgão municipal competente.
- (C) a inspeção prévia e a declaração de instalação deverão ser obtida junto ao Corpo de Bombeiro.
- (D) a inspeção prévia e a declaração de instalação deverão ser obtidas junto ao órgão municipal competente e, posteriormente, apresentadas ao Corpo de Bombeiros, para fins de vistoria.

20. Com base nas determinações da NR 33, que trata de espaços confinados, os procedimentos de entrada devem ser revistos quando da ocorrência de:

- I. entrada não autorizada num espaço confinado;
- II. identificação de riscos não descritos na Permissão de Entrada e Trabalho;
- III. acidente, incidente ou condição não prevista durante a entrada;
- IV. qualquer mudança na atividade desenvolvida ou na configuração do espaço confinado;
- V. solicitação do SESMT ou da CIPA;
- VI. identificação de condição de trabalho mais segura.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) IV, V e VI.
- (D) I, II, III, IV, V e VI.

RASCUNHO

21. O PPRA é parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR, em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO previsto na NR-7. Assim, considerando que o PPRA tem como objetivo a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, segundo a NR 9, este objetivo será alcançado mediante

- (A) antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência de riscos ambientais.
- (B) monitoramento, reconhecimento e assistência ao trabalhador acidentado, em caso de perda parcial ou total.
- (C) treinamento, disponibilização de EPI e avaliação das equipes de trabalho.
- (D) comunicação imediata ao Ministério do Trabalho e encaminhamento ao INSS para garantia dos benefícios e pensão, em caso de danos com perdas graves.

22. São considerados riscos ambientais, exceto

- (A) agentes ergonômicos que incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho e à própria organização do trabalho.
- (B) agentes físicos que são as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom.
- (C) agentes químicos que são as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.
- (D) agentes biológicos que são as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros.

23. O programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores, deverá conter as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho. Assim, considerando o caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores, os relatórios de avaliação do programa devem ser elaborados

- (A) mensalmente, sintetizando o número e a natureza dos exames realizados para viabilizar a comunicação imediata ao Ministério do Trabalho das estatísticas de resultados considerados anormais.
- (B) trimestralmente, por tipo de acidente, contendo o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas, exames complementares e estatísticas de resultados considerados anormais.
- (C) semestralmente, por tipo de agravo, contendo o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas, exames complementares e estatísticas de resultados considerados anormais.
- (D) anualmente, por setores da empresa, contendo o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliações clínicas, exames complementares e estatísticas de resultados considerados anormais.

24. Os dados obtidos nos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, as conclusões e as medidas aplicadas deverão ser registrados em prontuário clínico individual, que ficará sob a responsabilidade do médico-coordenador do PCMSO e deverão ser mantidos por período mínimo de

- (A) 10 (dez) anos após o desligamento do trabalhador.
- (B) 15 (quinze) anos após o desligamento do trabalhador.
- (C) 20 (vinte) anos após o desligamento do trabalhador.
- (D) 35 (trinta e cinco) anos após o desligamento do trabalhador.

25. Conforme a NR 6, o equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação – CA –, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Nestes termos, cabe à empresa fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- I. sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- II. enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas;
- III. para atender a situações de emergência;
- IV. imediatamente após a ocorrência de acidente, mediante especificação do médico do trabalho.

Estão corretos os itens

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, II e III.

26. Todo EPI deve, em caracteres indelévels e bem visíveis, conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- (A) No caso de EPI nacional, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.
- (B) No caso de EPI nacional, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.
- (C) No caso de EPI nacional, o nome comercial da empresa fabricante e o lote de fabricação, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.
- (D) No caso de EPI nacional, o nome comercial da empresa fabricante e o lote de fabricação, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador e o lote de fabricação.

27. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA – deve ser constituída por estabelecimento e mantida em regular funcionamento nas empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como outras instituições que admitam trabalhadores como empregados. Está entre suas atribuições

- (A) participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de Campanhas de Prevenção da AIDS.
- (B) promover, obrigatoriamente, a cada semestre, em conjunto com o SESMT, onde houver, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT.
- (C) realizar, obrigatoriamente, a cada ano ou após a ocorrência de acidentes, verificações nos ambientes e condições de trabalho visando à identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e a saúde dos trabalhadores.
- (D) realizar, anualmente, avaliação do cumprimento das metas fixadas no planejamento estratégico da empresa e apresentar-lhe as situações de risco que foram identificadas no PPRA.

28. A NR 5 determina que a CIPA deverá realizar reuniões extraordinárias quando

- I. ocorrer visita de fiscalização dos órgãos competentes;
- II. houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência;
- III. ocorrer incidentes, mesmo sem danos ao trabalhador;
- IV. ocorrer acidente do trabalho grave ou fatal;
- V. houver solicitação expressa de uma das representações.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, II, III, IV e V.

29. Uma empresa que desenvolve atividades com grau de risco 4 e tem 450 empregados, deve manter em sua equipe de segurança pelo menos os seguintes profissionais:

- (A) três técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança do trabalho e um médico do trabalho, sendo os dois últimos em tempo parcial de, no mínimo, três horas.
- (B) dois técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança do trabalho e um médico do trabalho, sendo os dois últimos em tempo parcial de, no mínimo, seis horas.
- (C) um técnico de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança do trabalho, um auxiliar enfermeiro do trabalho, um enfermeiro do trabalho e um médico do trabalho, todos em tempo integral, exceto o médico do trabalho.
- (D) três técnicos de segurança do trabalho, um engenheiro de segurança do trabalho, um auxiliar enfermeiro do trabalho, um médico do trabalho, todos em tempo integral, exceto o médico do trabalho.

30. A NR17 visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto e segurança e um desempenho eficiente. Para avaliar a adaptação das condições de trabalho a essas características, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, cujo conteúdo mínimo inclui

- I. levantamento, transporte e descarga individual de materiais;
- II. mobiliário dos postos de trabalho;
- III. equipamentos dos postos de trabalho;
- IV. condições ambientais de trabalho;
- V. organização do trabalho.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III.
- (B) IV e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III, IV e V.

31. Segundo o marco regulatório do sistema de segurança no trabalho, devem participar do processo de elaboração do conteúdo técnico, execução e avaliação dos resultados dos procedimentos de capacitação sobre as condições do ambiente do trabalho

- I. pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa, quando houver;
- II. integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, quando houver;
- III. representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver;
- IV. médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- V. responsáveis pelo Programa de Prevenção de Riscos de Ambientais;
- VI. representante do órgão regional do Ministério do Trabalho;
- VII. representantes dos trabalhadores e outras entidades, quando previsto em acordos ou convenções coletivas de trabalho.

Estão corretos os itens

- (A) I, III, V, VI e VII.
- (B) I, II, III, IV, V e VI.
- (C) I, II, III, IV e V.
- (D) I, II, III, IV, V e VII.

RASCUNHO

32. As regras de proteção contra incêndio e sinalização de segurança constam, respectivamente, das NR 23 e 26, são complementares e estabelecem regras para prevenção de riscos de incêndio e padrões quanto à utilização de cores para sinalização de segurança do local de trabalho. Tais normas têm como finalidade prevenir acidentes, identificar os equipamentos de segurança e delimitar áreas, para fins de identificação das canalizações empregadas nas indústrias, condução de líquidos e gases e advertências contra riscos. Sabendo-se que a utilização de cores não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes, a cor vermelha e a preta devem ser utilizadas da seguinte forma:

- (A) Vermelho para símbolos de perigo e identificação de equipamentos de combate a incêndio e alarme; preto para símbolos de cuidado e sinais de atenção.
- (B) Vermelho para símbolos de proibição e identificação de equipamentos de combate a incêndio e alarme; preto para símbolos de alerta e sinais de perigo.
- (C) Vermelho para símbolos de alerta e identificação de equipamentos de combate a incêndio e alarme; preto para símbolos de cuidado e sinais de orientação.
- (D) Vermelho para símbolos de cuidado e perigo; preto para símbolos de atenção e sinais de identificação de equipamentos de combate a incêndio e alarme.

33. A sinalização de risco de acidentes é de grande importância nos ambientes de trabalho. Nas placas de advertência devem ser usadas palavras que indicam o grau de risco. O termo em destaque não corresponde ao tipo de advertência em

- (A) "PERIGO", para indicar substâncias que apresentem alto risco.
- (B) "CUIDADO", para substâncias que apresentem risco médio.
- (C) "ATENÇÃO", para substâncias que apresentem risco leve.
- (D) "ALERTA", para substâncias que apresentam baixo risco.

34. As medidas de proteção para o trabalho em máquinas e equipamentos, capazes de garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores, e medidas apropriadas, sempre que houver pessoas com deficiência envolvidas direta ou indiretamente no trabalho, devem ser adotadas na seguinte ordem de prioridade:

- (A) medidas de proteção individual; medidas de proteção coletiva; medidas administrativas ou de organização do trabalho.
- (B) medidas de proteção coletiva; medidas administrativas ou de organização do trabalho; medidas de proteção individual.
- (C) medidas administrativas ou de organização do trabalho; medidas de proteção individual; medidas de proteção coletiva.
- (D) medidas administrativas ou de organização do trabalho; medidas de proteção coletiva; medidas de proteção individual.

35. Com exceção de escada fixa do tipo marinheiro e elevador, os meios de acesso devem possuir sistema de proteção contra quedas. É incorreto afirmar que

- (A) os travessões devem ser constituídos de material resistente a intempéries e corrosão.
- (B) o travessão superior não deve possuir superfície plana, a fim de evitar a colocação de objetos.
- (C) devem possuir travessão superior de 0,90 m (noventa centímetros) a 1,00 m (um metro) de altura em relação ao piso ao longo de toda a extensão, em ambos os lados.
- (D) devem possuir rodapé de, no mínimo, 0,20 m (vinte centímetros) de altura e travessão intermediário a 0,70 m (setenta centímetros) de altura em relação ao piso, localizado entre o rodapé e o travessão superior.

36. Segundo a NR 12, que trata dos trabalhos em máquinas e equipamentos, para prevenção de risco de acidentes e garantia à saúde e à integridade física dos trabalhadores, a inclinação das rampas não deve ser superior a

- (A) 20° (vinte) graus em relação ao piso.
- (B) 23° (vinte) graus em relação ao piso.
- (C) 25° (vinte) graus em relação ao piso.
- (D) 28° (vinte) graus em relação ao piso.

37. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA –, que visa à preservação da saúde e à integridade dos trabalhadores por meio de antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle de ocorrência de riscos ambientais no trabalho, deve ter sua abrangência e profundidade estabelecidas mediante as

- (A) condições de trabalho e estado de conservação dos EPI.
- (B) solicitações e acordos trabalhistas.
- (C) estatísticas de acidentes e medidas de proteção coletiva.
- (D) características dos riscos e das necessidades de controle.

38. A avaliação quantitativa do PPRA deverá ser realizada sempre que necessária para

- I. comprovar o controle da exposição ou a inexistência de riscos identificados na etapa de reconhecimento;
- II. dimensionar a exposição dos trabalhadores;
- III. subsidiar o equacionamento das medidas de controle.

Estão corretos os itens

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) I e III.

39. Constitui(em) responsabilidade(s) do empregador

- (A) estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do PPRA como atividade permanente da empresa ou instituição.
- (B) colaborar e participar na implantação e execução do PPRA.
- (C) seguir as orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PPRA.
- (D) informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, em sua opinião, possam implicar riscos à saúde dos trabalhadores.

40. O Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT é obrigatório para estabelecimentos com

- (A) 15 (quinze) ou mais trabalhadores.
- (B) 20 (vinte) ou mais trabalhadores.
- (C) 25 (vinte e cinco) ou mais trabalhadores.
- (D) 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores.

RASCUNHO

PROVA DE REDAÇÃO

Ao lembrar-se de fatos de sua vida, Martha Medeiros conclui:

Coragem, mesmo, é preciso para terminar um relacionamento, trocar de profissão, abandonar um país que não atende nossos anseios, dizer não para propostas lucrativas porém vampirescas, optar por um caminho diferente do da boiada, confiar mais na intuição do que em estatísticas, arriscar-se a decepções para conhecer o que existe do outro lado da vida convencional. E, principalmente, coragem para enfrentar a própria solidão e descobrir o quanto ela fortalece o ser humano.

Não subi no barco quando criança – e não gosto de barcos até hoje. Vi minha família sair em expedição pelo mar e voltei sozinha pela praia, uma criança ainda, caminhando em meio ao povo, acreditando que era medrosa. Mas o que parecia medo era a coragem me dando as boas-vindas, me acompanhando naquele recuo solitário, quando aprendi que toda escolha requer ousadia.

Guimarães Rosa também nos fala de coragem. Para ele,

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

Escreva um texto, em norma padrão de língua portuguesa, em que você manifeste seu ponto de vista sobre a ideia de que

A VIDA REQUER CORAGEM.

* As palavras de Martha Medeiros e Guimarães Rosa devem lhe servir de inspiração, mas **NÃO** podem em nenhuma hipótese ser copiadas.

* Sua redação deverá ter, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.

* Textos em versos ou escritos a lápis **NÃO** serão aceitos.

* No BOLETIM há espaço para rascunho. No entanto, o texto definitivo deverá ser, obrigatoriamente, transcrito no FORMULÁRIO fornecido especificamente para esse fim. Em nenhuma hipótese o rascunho será considerado.

ATENÇÃO
SUA REDAÇÃO SERÁ **ANULADA** SE VOCÊ NÃO SEGUIR AS
INSTRUÇÕES DO COMANDO.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO